

Remessas vão a US\$ 1,1 bi

Ao longo de 1986, vem sendo observada uma significativa remessa de lucros e dividendos de empresas estrangeiras para suas matrizes no exterior e, o que representa um fato particularmente preocupante, uma repatriação de capital estrangeiro em volume sem precedentes. De acordo com o economista Luiz Aranha Corrêa do Lago, autor da Carta Econômica da Anbid (Associação Nacional dos Bancos de Investimento), as remessas líquidas deverão totalizar, este ano, 1 bilhão 100 milhões de dólares contra uma entrada de investimentos diretos de apenas 70 milhões de dólares.

As repatriações previstas para 1986 são da ordem de 500 milhões de dólares para um ingresso líquido de investimentos novos, sob a forma de moeda e bens, de apenas 420 milhões de dólares, informou Corrêa do Lago. "Não fosse a conversão de empréstimos em capital de risco, recentemente estimada em 300 milhões de dólares, ocorreria um saldo negativo de 80 milhões na conta de investimentos estrangeiros líquidos, que seria agravado por uma saída de recursos resultante de investimentos brasileiros no exterior da ordem de 150 milhões de dólares", esclareceu.

Alguns fatores de curto prazo podem estar inibindo, na opinião do autor da Carta Econômica da Anbid, a ampliação dos investimentos já existentes e até mesmo motivar as repatriações (temporárias ou definitivas) de capital estrangeiro. "É indubitável que o Plano Cruzado, apesar de ter propiciado, de início, condições para a estabilização da economia brasileira, também motivou — em virtude do congelamento geral dos preços por tempo indefinido e uma política cambial pouco agressiva — uma reavaliação de

perspectivas por parte das empresas estrangeiras instaladas no país e o adiamento de decisões de investimentos."

Além de incertezas quanto à possibilidade de extensão do conceito de reserva de mercado a novas áreas — além da informática —, as empresas estrangeiras também se vêm inseguras quanto à Assembleia Nacional Constituinte e à inter-relação futura entre fatores econômicos e políticos em função dos maiores compromissos sociais e nacionalistas do novo governo, explicou.

Capital de risco

A tendência dos investimentos diretos é realmente preocupante, segundo Corrêa do Lago. E, na medida em que é altamente improvável que os bancos comerciais concedam empréstimos voluntários ao Brasil nos próximos anos em volume apreciável e que é limitada a possibilidade de novos empréstimos por organismos internacionais, "a entrada de investimentos diretos em volume significativo é de grande relevância para um maior equilíbrio das contas externas do país, que vem apresentando superávits comerciais decrescentes".

Nesse contexto, a questão da conversão de empréstimos em capital de risco reveste-se de particular importância, pois tem-se constituído em uma parcela significativa dos ingressos de investimento direto nos últimos anos. Por isso, afirmou, o governo deveria encarar medidas de maior liberalização nessa área como elemento de barganha em um cenário mais amplo, "que envolva eventualmente a renegociação plurianual da dívida externa do país. Além da manutenção de regras claras e estáveis."